

## APRESENTAÇÃO

A Carta de Brasília, importante documento firmado entre a Corregedoria Nacional e as unidades do Ministério Público, estabelece premissas para que a Instituição se volte a uma atuação resolutiva, em busca de caminhos que viabilizem a implementação de políticas públicas que auxiliem na construção da Justiça Social. Destacam-se, entre tais diretrizes, a necessidade de desenvolver uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais; a concepção do planejamento estratégico como garantidor da unidade do Ministério Público; e o estabelecimento de planos, programas e projetos que definam, com a participação da sociedade civil, metas claras, precisas, pautadas com o compromisso de efetividade de atuação institucional em áreas prioritárias. Para a consecução desses objetivos, ganha especial importância a participação das escolas institucionais. Trata-se, em última análise, de valorizar a capacitação permanente de membros e servidores; de estimular o conhecimento humanista e multidisciplinar; e de fomentar a qualificação acadêmica nas áreas e nos temas de interesse da Instituição. É sob essa influência que vem a público novo número da Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Ela integra um sistema de difusão de ideias do qual também são parte tarefas permanentes de ensino, pesquisa e extensão. Esperamos que o leitor aprecie esta edição, para a qual selecionamos textos alinhados com as novas tendências. E renovamos, a todos os nossos colaboradores, o mais sincero agradecimento.

**Antonio Carlos da Ponte**

## LINHA EDITORIAL

A *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo* está aberta às mais variadas abordagens teóricas e metodológicas, priorizando textos interdisciplinares e análises críticas. Os artigos científicos devem tratar, de forma crítica, assuntos que de preferência abordem o papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito, porém a Revista espera a participação de toda a comunidade acadêmica, não se restringindo a ser um veículo de comunicação apenas do Ministério Público.

No sentido de fomentar o aprofundamento das pesquisas nas linhas e teses do Ministério Público a Revista está dividida em quatro seções temáticas:

- I. Ministério Público: dirigida ao debate de temas institucionais, visa principalmente a pesquisar e refletir sobre o papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito.
- II. Ciências Criminais: tema que prevalece na atuação do Ministério Público, nesta linha pretende-se abordá-lo a partir do pluralismo de teorias que reflitam sobre o Direito e o Processo Penal, a Dogmática Penal e a Política Criminal.
- III. Tutelas Coletivas e Difusas: tema relevante na sociedade brasileira atual, merece espaço específico na Revista para o aprofundamento das questões relativas aos interesses transindividuais, difusos e coletivos.
- IV. Temas Interdisciplinares: não se esgotando nos temas penais, a Revista também possui essa seção que será dedicada a vários temas jurídicos, abordados inter e multidisciplinarmente, trazendo o enfoque da sociologia, teoria geral, história e ciências afins para o jurídico, bem como o das outras ciências jurídicas para o penal.

O aceite dos artigos restringir-se-á a aqueles oriundos de Mestres e Doutores, sendo que a contribuição de mestrandos e doutorandos será muito bem-vinda desde que com a coautoria do seu orientador. Também se exige o ineditismo do artigo e o cumprimento das regras da ABNT adotadas pela Revista, sendo que as mesmas encontram-se especificadas nas Diretrizes para os Autores.